

PFL defende plebiscito para definir o sistema

O PFL quer um plebiscito para saber se o povo brasileiro aceita ou não o parlamentarismo. A proposta de pedir "destaque" para emenda neste sentido foi decidida no último final de semana em reunião dos pefelistas para discussão do substitutivo do relator Bernardo Cabral. O líder José Lourenço (BA) disse que continua presidencialista, mas aceita o parlamentarismo, após cumprido o mandato de Sarney, se o povo disser que deseja ver implantada essa forma de governo.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), examinou ontem várias emendas propondo o plebiscito e concluiu que a que mais se adapta à ideia do partido é a de autoria de Jorge Vianna (PMDB-PA), propondo a consulta popular sobre forma de governo junto com as eleições municipais de 15 de novembro do ano que vem. A emenda estabelece que, na hipótese de a decisão popular vir a ser contrária ao que decidir a Constituinte, o atual Congresso votará a reforma deliberando por maioria absoluta.

Destaque

Os parlamentaristas do PFL estão contra o teor do texto de Bernardo Cabral propondo parlamentarismo imediato, com eleição indireta no segundo turno. A ideia é pedir destaque para a emenda Konder Reis (PDS-SC) que dispõe sobre a regulamentação do sistema parlamentarista 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Pela proposta, fica assegurado o cumprimento do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

O líder José Lourenço admitiu que há "impasse" no partido, entre os membros que compõem a Comissão de Sistematização, em relação à forma de governo a ser adotada. Por essa razão, ele disse que se sentia obrigado a "encontrar caminhos de entendimento", e a fórmula encontrada foi o plebiscito. Ele disse que é preciso que o PFL "levante bandeira" também contra a "ressurreição do colégio eleitoral" promovida pelo substitutivo Cabral. Em reunião amanhã, da Comissão Executiva do PFL, ele disse que vai sugerir que seja recomendado aos líderes de assembleias legislativas e Câmara de Vereadores que façam campanha aberta contra a eleição indireta, que pela proposta de Cabral se estende aos governos estaduais e prefeituras.

Inexplicável

O líder no Senado, Carlos Chiarelli, que é parlamentarista, considerou "inexplicável" a introdução do parágrafo propondo o estabelecimento imediato do parlamentarismo, no substitutivo Cabral, argumentando que parece obra tendente a favorecer os presidencialistas.

Ele acha que, da forma como está, ou o parlamentarismo será rejeitado, ou então, se for aceito, vai acabar fracassando em pouco tempo. Chiarelli explicou que aceita a ideia do plebiscito, até porque sua emenda parlamentarista propõe plebiscito para referendar toda a Constituição, e não apenas a forma de governo.

Sarney tenta acordo à esquerda

Jesemir Gonçalves



Líder busca evitar a "fragmentação" dos presidencialistas

Ulysses prevê consenso na fusão das emendas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, manifestou ao presidente José Sarney a expectativa de um entendimento entre os parlamentaristas e presidencialistas em torno da definição do sistema de Governo, pois existe uma disposição nesse sentido, na qual ele próprio está empenhado. Presidencialista como Sarney, o deputado Ulysses Guimarães acredita que a fórmula do consenso pode estar na fusão de várias emendas que versam sobre esse sistema de Governo.

Ulysses e Sarney se encontraram durante uma reunião social (aniversário do ministro da Marinha, Henrique Saboia), no domingo, mas não chegaram a aprofundar

discussões sobre os temas em debate na Constituinte, o que deverão fazer, segundo ele, no decorrer da semana. O presidente da Constituinte, que tem evitado fazer reparos no texto do relator Bernardo Cabral, não quis também se comprometer com nenhuma das emendas apontadas como solução para o impasse, nem mesmo a do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que cria a figura de mediador entre o Executivo e o Congresso, através da figura do primeiro-ministro. Essa emenda, elaborada pelo professor Miguel Reale Júnior, em colaboração com o ministro da Previdência Raphael de Almeida Magalhães, foi patrocinada pelo próprio Ulysses.

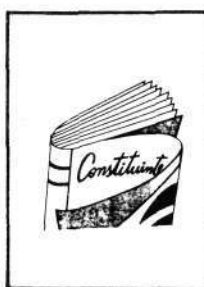
Texto é anomalia, diz Brossard

Curitiba — "Uma anomalia jurídica". Essa foi a qualificação dada ontem em Curitiba, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao projeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. O ponto mais atacado pelo ministro foi o que institui o parlamentarismo. "Não quero ver o parlamentarismo mutilado", disse. Para ele, a proposta de Bernardo Cabral "deixa de consagrar um dos elementos clássicos do parlamentarismo, não dando possibilidades de dissolução da Câmara Federal pelo

Presidente da República". Brossard disse que o único artigo em que essa possibilidade é citada, o 101 — que em um parágrafo trata da dissolução apenas se expirar o prazo dado à Câmara para eleições do primeiro-ministro — é "inviável e jamais será aplicado".

Paulo Brossard defendeu a adoção do parlamentarismo puro, nos moldes da Inglaterra, Dinamarca, Austrália e outros países europeus. Para ele, o Brasil já está preparado para esse regime de governo.

O Governo Sarney está orientando seus líderes na Assembleia Nacional Constituinte a aproveitar todas as emendas presidencialistas, com destaque



para aqueles artigos considerados como os melhores em cada emenda. Esta estratégia visa a derrubar a adoção do parlamentarismo no substitutivo de Bernardo Cabral e a impedir a "fragmentação do grupo presidencialista". A informação é do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e do líder do Governo, Carlos Sant'Anna. Assim, mesmo que a emenda Theodoro Mendes — que tem o apoio do Palácio do Planalto — seja rejeitada, os presidencialistas poderão votar integralmente ou parcialmente em outras propostas.

Com essa estratégia, a liderança do Governo pretende facilitar a adesão dos cinco constituintes que o PT e o PDT têm na Comissão de Sistematização. Ontem, Carlos Sant'Anna teve conversas rápidas com o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, e com o PDT, deputado Vivaldo Barbosa. Na ocasião, ficou acertado que o fim do voto distrital, a possibilidade de moção de censura aos ministros militares e os decretos-leis poderiam ser negociados.

Sant'Anna admite que o voto distrital "pode ser jogado para a legislação ordinária", informando que os dois partidos de esquerda se satisfazem com isso. O inegociável, no entanto, diz respeito à moção de censura aos ministros militares. A liderança do Governo só aceita a censura aos ministros civis, mas já admite a censura coletiva — que teria que ser aprovada por dois terços do Congresso Nacional.

Destaques

Durante todo o dia de ontem o líder do Governo na Câmara ficou coordenando, em seu gabinete, os pedidos de destaque que serão apresentados pelo grupo de parlamentares que apoia o Palácio do Planalto. Ao todo, a liderança elaborou 120 destaques, relacionados basicamente com sistema de governo e tributação.

A liderança do Governo não está preocupada, no momento, com os problemas que poderão ser enfrentados durante a votação em vista do número excessivo de destaques. Também o fato do destaque do bloco de esquerda — que suprime as palavras conselho de ministros primeiro-ministro e

parlamentarismo de todo o substitutivo — estar numericamente na frente não provoca maiores reações. "O nosso grupo — presidencialistas — deverá saber exatamente como agir na hora da votação. Assim, será fácil impedirmos que uma emenda presidencialista que não nos agrade totalmente consiga os 47 votos necessários para sua aprovação".

Simbiose

"Passando o presidencialismo" — afirmou o consultor-geral Saulo Ramos — "pede-se destaque para o que há de bom nas demais emendas e o relator pode sistematizar com os melhores institutos propostos. Esta simbiose pode ser feita nos destaques".

Na apreciação feita pelo consultor-geral, as emendas presidencialistas que mais poderes concedem ao Congresso Nacional são a dos deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Ricardo Fiúza (PFL-PE). Saulo Ramos, entretanto, tem restrições a alguns artigos da emenda de Theodoro Mendes, entre eles, o que dá ao Congresso o direito de suspender, "por ilegalidade", decretos presidenciais.

Na opinião de Saulo Ramos, este artigo fere o equilíbrio dos poderes, porque cabe ao Judiciário classificar a ilegalidade ou não de um ato. Diz ainda o consultor-geral que esta também é uma forma de "interferir nas atribuições do Executivo". Ramos defende a interdependência dos poderes, por ser este um direito consagrado, desde Montesquieu.

Nas demais emendas presidencialistas, entre elas a de Manoel Moreira (PMDB-SP), o consultor-geral da República citou a questão da figura do "ministro-coordenador", um ministro com poderes atribuídos pelo Presidente da República para desafogar os encargos deste. Disse o consultor que o governo não tem experiência com esta figura, mas "não faz restrições".

Disse ele ainda que o Governo não faz nenhuma restrição ao fortalecimento do Congresso Nacional, mas quer "harmonia e equilíbrio entre os poderes".

Ele voltou a fazer críticas ao substitutivo de Bernardo Cabral, citando os "retrocessos", entre eles o da questão de **habeas-corpus** e a extradição por crime político. Na Constituição atual, informou Saulo Ramos, o instituto do **habeas-corpus** é gratuito e "no substitutivo apresentado, para ser gratuito, o interessado deve comprovar pobreza". Na opinião de Saulo Ramos, o artigo "consagra o entulho autoritário".